

Evidências empíricas de um possível relacionamento da trilogia “arrecadação”, “crescimento” e “desenvolvimento”, no contexto brasileiro

Carlos Roberto Souza Carmo

Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia – Brasil
(carlosjj2004@hotmail.com; crscarmo@facic.ufu.br)

RESUMO

Apoiado em um breve embasamento teórico acerca da temática relacionada ao processo de desenvolvimento e crescimento econômico, e, ainda, sobre a arrecadação tributária enquanto uma das fontes de financiamento de desenvolvimento, e, a partir da análise de dados empíricos acerca da experiência brasileira ao longo da primeira década deste século, este estudo buscou analisar e apresentar um conjunto de evidências empíricas relacionadas pertinentes ao contexto brasileiro, ao longo da primeira década deste século, considerando a trilogia “arrecadação”, “crescimento” e “desenvolvimento”. Ao final, foi identificado um conjunto de evidências que podem constituir-se em indícios de um possível relacionamento entre o aprimoramento dos mecanismos utilizados pelo fisco brasileiro e, ainda, uma sintonia cada vez mais fina com a atividade econômica.

Palavras chave: Desenvolvimento. Economia. Métodos quantitativos aplicados.

ABSTRACT

Based on a brief theoretical foundation on the theme related to the economic growth and development process, and also on tax revenues while one of the sources of financing for development, and, from the analysis of empirical data about the Brazilian experience over the first decade of this century, this study sought to analyze and present a set of relevant empirical evidence related to the Brazilian context, throughout the first decade of this century, considering the trilogy "collection", "growth" and "development." At the end, it was identified a set of

evidence that may be in evidence of a possible relationship between the improvement of the mechanisms used by the Brazilian tax authorities and also an increasingly fine line with economic activity.

Keywords: Development. Economy. Quantitative methods applied.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de ser um debate em alta nos dias atuais, a confusão entre as terminologias desenvolvimento e crescimento econômico é muito comum. Não é muito raro encontrar artigos, dissertações, teses, entre outros, em que discutem-se esses dois temas de forma quase que única, enquanto a temática deveria ser voltada para a abordagem segundo como uma consequência do primeiro.

A temática relacionada ao crescimento econômico, normalmente, está relacionada à mensuração de índices como Produto Interno Bruto (PIB), Produto Nacional Bruto (PNB), entre outros. O desenvolvimento pode ser entendido, de uma maneira mais ampla, como o atendimento mínimo das necessidades básicas da população.

A despeito daquela distinção conceitual apresentada inicialmente, cabe observar que, apesar do desenvolvimento não estar contido no crescimento econômico, essas duas terminologias não devem ser interpretadas como algo antagônico, pois, conforme observado por Sachs (2001, p. 157) “o crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento.” Sendo que, Sachs (2001) ainda complementa afirmando que a elevação do crescimento econômico é necessária à operacionalização de incrementos no PNB, o que, por sua vez, permite a distribuição de bens e renda à sociedade de uma economia em desenvolvimento.

O ponto de vista de Sachs (2001) é corroborado por Martinelli e Joyal (2004, p. 14) ao afirmarem que “o desenvolvimento só poderá ser considerado efetivo [...] se este constituir-se em desenvolvimento humano, social e sustentável, pois, quando se fala em desenvolvimento, deve-se buscar a melhoria da vida das pessoas [...] e da sociedade como um todo”. Pois, sob essa ótica, o crescimento econômico é apenas um dos meios que podem subsidiar tais ações, onde, a simples elevação do PIB, PNB, ou qualquer outro indicador quantitativo não representa a garantia de acesso à riqueza gerada por uma nação, ou, ainda, de uma distribuição de renda mais justa e igualitária.

Afinal, conforme observa Leff (2001, p. 64), “[...] estas mudanças não serão alcançadas sem uma complexa estratégia política, orientada pelos princípios de uma gestão democrática do desenvolvimento sustentável, mobilizada pelas reformas do Estado e pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil”.

Nesse contexto, o presente artigo teve por objetivo geral apresentar e analisar algumas evidências empíricas acerca do contexto brasileiro, na primeira década deste século, considerando a trilogia “arrecadação”, “crescimento” e “desenvolvimento”.

Para que aquele objetivo geral fosse atingido, fez-se necessário cumprir alguns passos básicos que podem ser considerados os objetivos específicos desse processo

de investigação, portanto: inicialmente, promoveu-se um breve embasamento teórico acerca da temática relacionada ao processo de desenvolvimento e crescimento econômico, e, ainda, sobre a arrecadação tributária enquanto uma das fontes de financiamento daquele desenvolvimento; em seguida, foram identificadas as fontes e dados, bem como, o respectivo ferramental estatístico suficiente para análise das evidências acerca da experiência brasileira ao longo da primeira década deste século; ao considerar o caráter extremamente empírico dessa investigação, a partir da constituição daquela resumida base teórica, promoveu-se a análise do conjunto de evidências coletadas e a apresentação dos resultados, ambas apoiadas em estatísticas descritivas e análise de correlação.

Assim, esse artigo foi dividido em cinco outras partes, além dessa introdução. A segunda seção foi destinada à base teórica da investigação. A terceira seção abordou os aspectos metodológicos dessa pesquisa. A quarta seção tratou da análise e apresentação dos resultados. E, finalmente, a quinta seção destinou-se à apresentação das considerações finais acerca de todo esse trabalho de investigação científica de caráter empírico-descritivo.

2. PLATAFORMA TEÓRICA

O modelo de desenvolvimento capitalista globalizado, vigente nas últimas décadas, reduz a questão do desenvolvimento humano ao crescimento econômico (GADOTTI, 2000).

Furtado (1974) afirma que ao concentrar seus objetivos em fatores como investimentos, as exportações e o crescimento, entre outros, a concepção de desenvolvimento econômico torna-se um mito, pois, assim, é possível desviar as atenções de fatores que estejam relacionados à identificação das necessidades fundamentais da coletividade.

Para Sachs (2001), o crescimento não proporciona, por consequência, o desenvolvimento, pois, o primeiro, normalmente, ocorre de forma desigual, o que acarreta efeitos sociais relacionados, por exemplo, à acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria, e, a produção de pobreza para uma expressiva parcela da população.

Ao afirmar que “[...] o crescimento econômico, por si só, não traz automaticamente o desenvolvimento”, e, ainda, que “[...] a equação que relaciona crescimento e desenvolvimento, ainda não está com suas variáveis equilibradas e ela ainda desafia os economistas [...]”, além de corroborar o ponto de vista apresentado por Sachs (2001), Gadotti (2000) e, muito antes, Furtado (1974), Vecchiatti (2004, p. 90) proporciona a devida sustentação teórica para a afirmativa apresentada no início da redação deste trabalho, ou seja, apesar de se tratar de um debate em alta nos dias atuais, a confusão entre as terminologias desenvolvimento e crescimento econômico é muito comum.

A despeito do uso ou significado das terminologias associadas ao desenvolvimento e crescimento econômico, do ponto de vista social, a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) prevê, em seu artigo 6º, que todo cidadão deve ter garantidos os seus direitos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Ainda com relação às garantias de desenvolvimento econômico-social legalmente asseguradas ao cidadão brasileiro, porém, com relação específica ao trabalhador brasileiro, o artigo 7º da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) prevê, entre outras coisas, que os trabalhadores urbanos e rurais tenham direito a um salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

Conforme disposto no artigo 21º da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), entre outras obrigações, compete ao governo federal elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. E, ainda, no parágrafo único do artigo 23º da carta magna da nação foi estabelecido que as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, devem ser elaboradas a partir de Leis Complementares.

Sob uma perspectiva mais econômico-financeira, o desenvolvimento surge a partir da geração de lucros maiores, renda e emprego, o que por sua vez advém de um nível mais elevado de consumo, maior bem estar da sociedade, da geração de empregos, do incremento da arrecadação e assim por diante.

Bangs (1971), em um estudo acerca do financiamento do desenvolvimento econômico, afirma que a tributação tem objetivos gerais e específicos, sendo que, em termos gerais, a tributação tem por objetivo a geração de receita, regulamentação e controle, e, em termos específicos, a tributação busca restringir o consumo, redistribuir os recursos, proporcionar um fluxo de receita para o governo e fornecer incentivos fiscais que venham alterar o comportamento dos agentes de uma economia, de forma a facilitar o seu crescimento.

Ao complementar seu raciocínio, Bangs (1971) ressalta que a tributação pode atuar tanto com como fator de fomento à atividade econômica quanto como um fator de limitação. Ou seja, se a tributação utilizada de maneira adequada, ela pode constituir-se em uma fonte de incentivo à atividade econômica, permitindo assim, o desenvolvimento, ao invés de impedi-lo, sendo que, a inversa também é verdadeira. Diante do exposto, apesar da discussão relacionado às terminologias desenvolvimento e crescimento econômico, parece razoável admitir que a arrecadação de tributos é uma das fontes de ambos o processo, se não, uma das mais relevantes. Por isso, justifica-se a realização de um estudo relacionado à trilogia “arrecadação”, “crescimento” e “desenvolvimento”, conforme proposto nessa investigação.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo geral desta pesquisa, inicialmente, realizou-se a constituição de uma plataforma teórica acerca da temática relacionada ao processo de desenvolvimento e crescimento econômico, e, ainda, sobre a arrecadação tributária enquanto uma das fontes de financiamento daquele desenvolvimento.

A seguir, procedeu-se ao levantamento da base de dados a serem analisados, a partir de fontes secundárias. Ou seja, com base nas informações disponíveis no site do IPEA (2013), foram identificadas informações relativas aos seguintes dados utilizados nessa investigação:

- a) a evolução do PIB Brasileiro Anual, ao longo do período compreendido entre 1947 e 2010;
- b) a evolução da Taxa de Pobreza Anual, no Brasil, de 1976 a 2009;
- c) a evolução da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil, de 1976 a 2009;
- d) o volume da arrecadação federal brasileira ao longo do período compreendido entre 2001 e 2009; e
- e) a quantidade admissões, demissões e renda média de empregados brasileiros de 2001 a 2009.

Com relação ao instrumental estatístico capaz de resumir e apresentar o conjunto de evidências coletadas, foi utilizada a estatística descritiva apoiada em tabelas e gráficos. Pois, conforme, afirmam Freund e Simon (2000, p. 14) a estatística descritiva é a parte da estatística que “[...] compreende o manejo dos dados para resumi-los ou descrevê-los, sem ir além, isto é, sem procurar inferir qualquer coisa que ultrapasse os próprios dados”.

Para análise dos dados, foi utilizada a análise correlacional com base no Coeficiente de Correlação de Pearson que, segundo Martins (2010, p. 288), é “um indicador da força de uma relação linear entre variáveis intervalares [...]”. A justificativa para a escolha do Coeficiente de Correlação de Pearson reside no fato dele ser “uma medida de associação que independe das unidades de medidas das variáveis” (MARTINS, 2010, p. 288).

Acerca de interpretação do valor do Coeficiente de Correlação de Pearson, Braule (2001) observa que se o coeficiente de correlação entre duas variáveis analisadas apresentar um valor próximo de +1 (um positivo), conclui-se que existe um forte relacionamento entre as variáveis analisadas e ambas caminham na “mesma direção”.

Por outro lado, Braule (2001) também destaca que no caso do Coeficiente de Correlação apresentar um valor próximo de -1 (um negativo), diz-se que existe um forte relacionamento entre as variáveis analisadas, porém, elas caminham em “direções opostas”. O autor também afirma que um Coeficiente de Correlação próximo de zero indica pouco, ou nenhum, relacionamento entre as variáveis analisadas.

Martins (2010) afirma que, na prática, um Coeficiente de Correlação de Pearson em torno de 0,70 já indica forte correlação linear entre as variáveis estudadas. Já, Bisquerra, Sarriera e Martinez (2004) observam que uma correlação acima 0,80 pode ser considerada muito alta e, ainda, um coeficiente entre 0,60 e 0,80 traduz uma correlação alta.

Diante do seu objetivo e da sua metodologia analítica, a presente pesquisa pode ser classificada como uma investigação científica de abordagem qualitativa, apoiada em métodos quantitativos para análise de dados e fenômenos de natureza empírica.

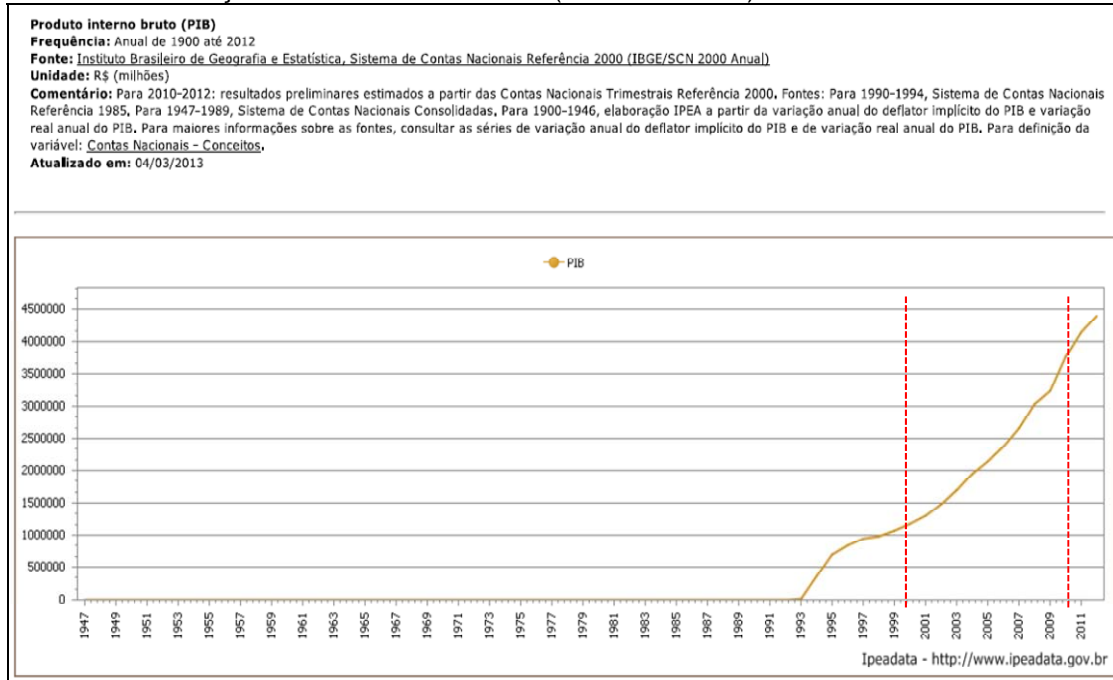
4. ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS COLETADAS

No período compreendido entre os anos 2004 e 2008, o Brasil experimentou um dos seus melhores momentos econômicos, com PIB médio crescendo anualmente a uma taxa em torno de 4% e 5%.

Para se ter uma ideia do que esses números representam, basta observar que, entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, a taxa de crescimento média do PIB

brasileiro não ultrapassou 2,5% ao ano. Sendo que, essa evolução positiva só foi abalada pela crise financeira de 2008, contudo, voltou a se recuperar a partir de 2009, conforme foi destacado (em vermelho) no Gráfico 1.

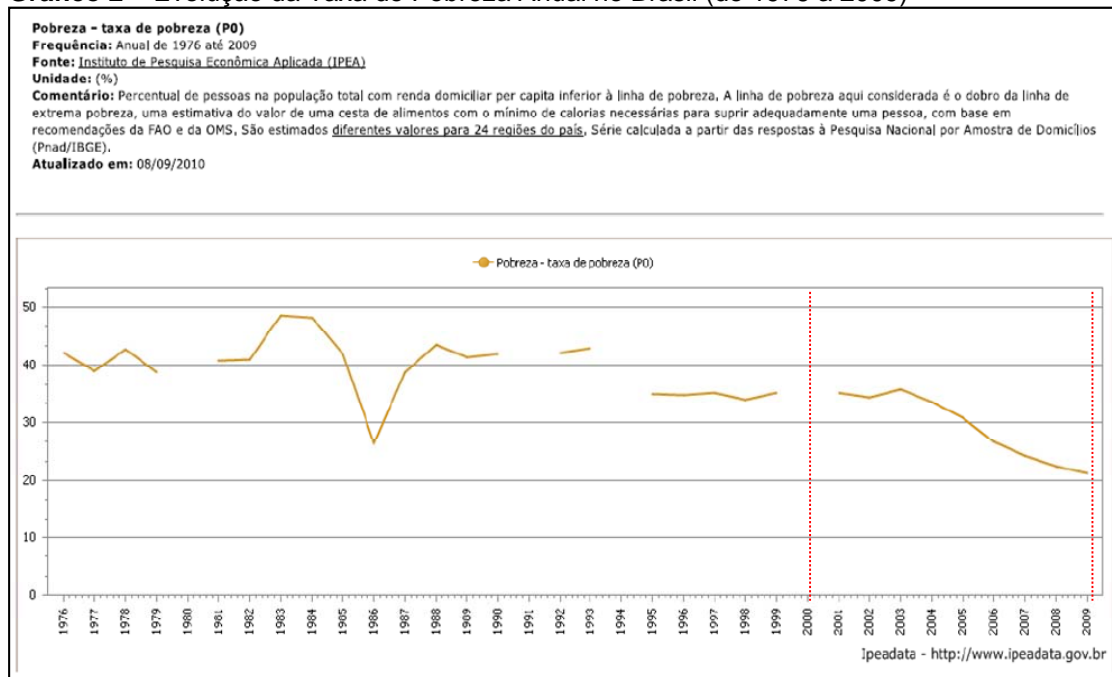
Gráfico 1 – Evolução do PIB Brasileiro Anual (de 1947 a 2010)



Fonte: Ipeadata (2013)

Comparativamente, conforme pode ser visto nos Gráficos 2 e 3, tanto a “Taxa de Pobreza Anual” quanto a “Renda Domiciliar Per Capita” apresentaram evoluções positivas ao longo do período compreendido entre 2000 e 2009 (decréscimo).

Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Pobreza Anual no Brasil (de 1976 a 2009)

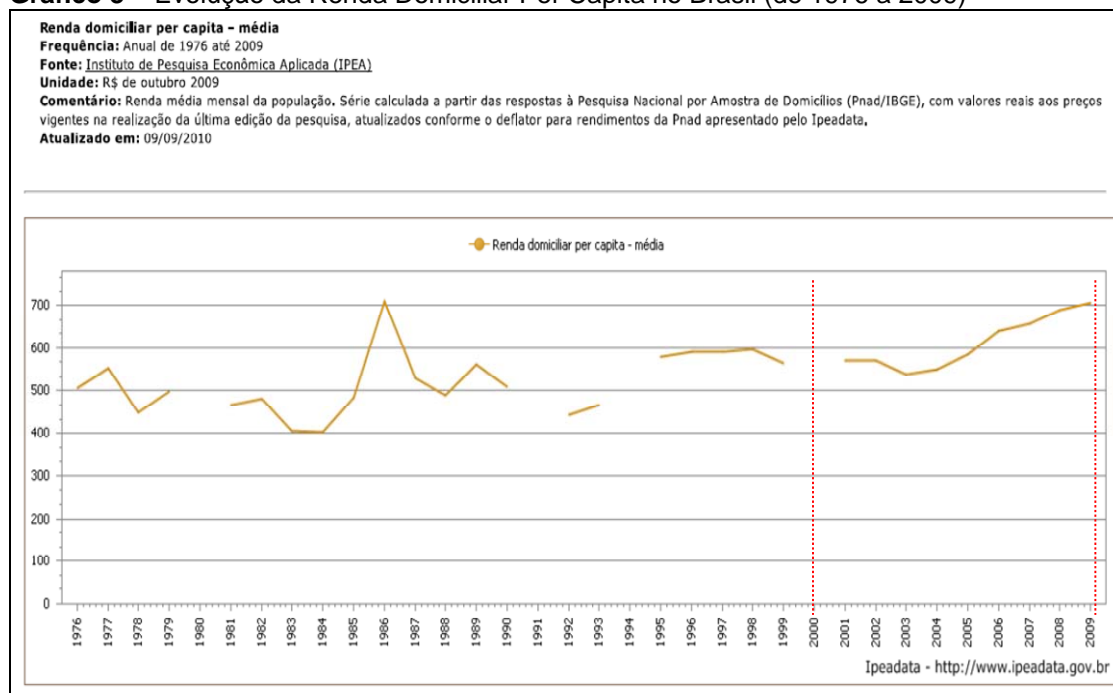


Fonte: Ipeadata (2012)

No final de 2009 a “Taxa de Pobreza” brasileira era equivalente 21,42% da população nacional, sendo que, comparativamente, ela estava próxima da menor taxa observada historicamente (1986 = 26,41%) e, ainda, muito inferior à maior taxa observada historicamente (1983 = 48,73%), conforme destacado no Gráfico 2.

De forma análoga, a “Renda Domiciliar Per Capita” brasileira, já em moeda de poder aquisitivo de mesma data (outubro de 2009), estava em torno de R\$705,72, praticamente igual à maior renda domiciliar per capita observada desde 1947 (ou seja: 1986= R\$709,89), e, ainda, muito superior à maior renda per capita domiciliar já observada historicamente (1984=R\$404,59) , conforme destacado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil (de 1976 a 2009)



Fonte: Ipeadata (2012)

Ao resgatar o raciocínio proposto por Bangs (1971) acerca dos objetivos da tributação enquanto um dos fatores de financiamento do desenvolvimento, e, buscar relacioná-lo com fatores com aqueles utilizados para ilustrar o crescimento econômico brasileiro período compreendido entre 2000 e 2009 (crescimento do PIB médio brasileiro) e, ainda, fatores que poderiam denotar uma evolução positiva em termos de redução da “Taxa de Pobreza Anual” e incremento na “Renda Domiciliar Per Capita”, observa-se uma correlação significativamente relevante, em termos empíricos, capaz de corroborar o entendimento de Bangs (1971), conforme pode se constatar a partir da análise da Tabela 1.

Tabela 1 – Análise de Correlação entre o Volume de Arrecadação Brasileira e Fatores Relacionados ao seu Crescimento Econômico no Período de 2001 à 2009

Variáveis Período	Arrecadação das receitas federais - receita bruta [R\$ (milhões)]	Produto interno bruto (PIB) [R\$ (milhões)]	Renda domiciliar per capita [R\$ de out./ 2009]	Pobreza - taxa de pobreza (P0) [%]
	(x)	(y')	(y'')	(y''')
2001	196.709,25	1.302.136,00	571,31	35,17
2002	243.005,07	1.477.822,00	571,62	34,40
2003	273.349,26	1.699.948,00	538,21	35,79
2004	322.566,98	1.941.498,00	550,84	33,70
2005	362.694,05	2.147.239,00	583,96	30,82
2006	390.286,86	2.369.484,00	638,29	26,75
2007	461.940,07	2.661.344,00	655,83	24,24
2008	515.786,71	3.032.203,00	689,61	22,59
2009	497.617,94	3.239.404,00	705,72	21,42
Correlação (x;y)		0,99	0,89	-0,96

Fonte: dados extraídos do site do Ipeadata (2012), e, ajustados para análise pelo autor

Ao buscar evidências empíricas, no contexto brasileiro, acerca da afirmação Bangs (1971) em relação à correta utilização da tributação enquanto uma das fontes de incentivo à atividade econômica, a análise da Tabela 2 evidencia que uma significativa correlação entre o montante arrecadado das receitas brutas federais e a quantidade de pessoas admitidas no período compreendido entre 2001 e 2009, e, adicionalmente, uma correlação inversa (com sinal negativo) em relação à taxa de pobreza observada naquele mesmo período.

Tabela 2 – Análise de Correlação entre o Volume de Arrecadação Brasileira e Fatores Relacionados à Utilização da Tributação Enquanto uma das Fontes de Incentivo à Atividade Econômica

Variáveis Período	Arrecadação das receitas federais - receita bruta [R\$ (milhões)]	Admissões (pessoas)	Demissões (pessoas)	Diferença (Adm. – Dem.)	Renda Média do Brasileiro (R\$ de out./ 2009)
	(x)	(y')	(y'')	(y''')	(y''''')
2001	196.709,25	10.351.643	9.760.564	591.079	952,12
2002	243.005,07	9.812.379	9.049.965	762.414	926,37
2003	273.349,26	9.809.343	9.163.910	645.433	865,31
2004	322.566,98	11.296.496	9.773.220	1.523.276	870,38
2005	362.694,05	12.179.001	10.925.020	1.253.981	909,86
2006	390.286,86	12.831.149	11.602.463	1.228.686	983,26
2007	461.940,07	14.341.289	12.723.897	1.617.392	1.016,66
2008	515.786,71	16.659.331	15.207.127	1.452.204	1.041,97
2009	497.617,94	16.187.640	15.192.530	995.110	1.068,39
Correlação (x;y)		0,96	0,93	0,69	0,76

Fonte: dados extraídos do site do Ipeadata (2012), e, ajustados para análise pelo autor

Ainda segundo as informações resumidas na Tabela 2, se descontada, daquelas admissões, a quantidade de pessoas demitidas no período analisado, a respectiva diferença, além de evidenciar uma superioridade da quantidade de admissões frente às demissões, também observa-se uma correlação satisfatoriamente significativa em relação à evolução do volume da arrecadação federal. Adicionalmente, pode ser constatada uma correlação entre aquele volume de receitas e a evolução positiva da renda média do brasileiro, naquele mesmo período.

A despeito daquela significativa correlação observada, destaca-se que este tipo de análise (correlacional) é um “revelador de indícios” e que, conforme observa Martins (2010, p.289), possui um caráter interpretativo “puramente matemática” e “completamente isento” de qualquer explicação orientada para a relação de “causa e efeito”. Logo, apesar dos indícios apresentados, não é possível afirmar que o incremento de arrecadação experimentado pelo Brasil na primeira década deste século expressa aumento do nível de atividade (admissões maiores que demissões) e, conseqüentemente, o aumento da renda. Contudo, ainda que “matematicamente” analisando, as correlações apresentadas traduzem-se sim em um forte indício de um possível relacionamento que pode ser alvo de estudos futuros, e que, no presente trabalho, não foi contemplado.

Esse conjunto de evidências sinaliza um possível ganho de eficiência da máquina “arrecadatória” brasileira, ao longo dos últimos anos, o que se constitui em indícios de um possível relacionamento entre o aprimoramento dos mecanismos utilizados pelo fisco brasileiro e, ainda, uma sintonia cada vez mais fina com a atividade econômica, o que por sua vez, resulta numa maior arrecadação e, conseqüentemente, pode explicar um dos melhores momentos econômicos vividos pelo Brasil em toda a sua história.

Contudo, conforme observa Souza (1999) para a existência de crescimento econômico contínuo tornam-se necessárias ações que impliquem mudanças estruturais e melhorias de indicadores econômicos e sociais. Pois, ainda, segundo Souza (1999), o tanto crescimento quanto desenvolvimento econômico e social são fenômenos de longo prazo, e, portanto, exigem o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação geral da produtividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das variáveis escolhidas para essa investigação apresentarem coeficientes de correlação estatisticamente significantes, para um intervalo de confiança de 95%, e, ainda, levando em conta que o comportamento daquelas variáveis apresenta uma convergência lógica do ponto de vista empírico, inicialmente, cabe destacar que a interpretação do Coeficiente de Correlação de Pearson é “puramente matemática” e, conforme observa Martins (2010, p. 289), ela é “completamente isenta” de qualquer explicação orientada para a relação de “causa e efeito”.

Diante do exposto, observa-se que as evidências coletadas e apresentadas nessa investigação constituem-se em indícios que merecem um aprofundamento analítico. Contudo, cabe lembrar que elas dizem respeito somente à primeira década do século corrente, e, portanto, a situação constatada nessa pesquisa diz respeito à maior parte desse período (primeira década).

Contudo, a partir de 2010, e mais especificamente de 2012 em diante, aquela situação observada sofreu expressivas alterações. Ou seja, apesar de estar claro que o Brasil experimentou um período de crescimento relevante, entretanto, tal situação não é tão sustentável atualmente. Aliás, o desafio agora é criar condições estruturais para retomar o crescimento observado na última década, conforme preconizado por Souza (1999).

A despeito das limitações pertinentes a essa investigação, já destacadas no início dessa seção, há de se ponderar que por se tratar de uma pesquisa de caráter empírico que aborda uma temática atual e relevante, os resultados dessa essa

investigação podem somar-se aos resultados de outros estudos de natureza correlata, e, assim, contribuir para o debate relacionado à trilogia “arrecadação”, “crescimento” e “desenvolvimento”.

6. REFERÊNCIAS

BANGS, R. B.. **Como financiar o desenvolvimento econômico**: uma política fiscal para o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

BISQUERRA, R.; SARRIERA, J. C.; MARTINEZ, F. **Introdução à estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasil, 5 de outubro de 1988, p. 1.

BRAULE, Ricardo. **Estatística aplicada com excel**: para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. **Estatística aplicada**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

FURTADO, C.. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, M.. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA -IPEA. **Macroeconômico: dados econômicos e financeiros do Brasil em séries anuais, mensais e diárias na mesma unidade monetária** (site). (2013). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em: 01/08/2013 – 18:01 hr.

LEFF, E.. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTINELLI, D. P. ; JOYAL, A. . **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MARTINS, G. de A.. **Estatística geral e aplicada**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2010.

SACHS, I. . Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: ABRAMOVAY, R. et al . **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp; Edusp, 2001.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VECCHIATT, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável**: do reducionismo à valorização da cultura. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004.